



| Bolsas | Pontuação B3 | Dólar | Salário mínimo | Euro | CDI | CDB | Inflação |
|---|---|---|----------------------|---------------------------------|-------------------|----------------------------|--|
| Na sexta-feira | IBovespa nos últimos dias | Na sexta-feira | Últimos | Comercial, venda na sexta-feira | Ao ano | Prefixado 30 dias (ao ano) | IPCA do IBGE (em %) |
| <div>0,97% São Paulo</div> <div>0,94% Nova York</div> | <div>181.919</div> <div>27/128/129/130/1</div> <div>181.363</div> | <div>R\$ 5,247</div> <div>(+ 1,04%)</div> | <div>R\$ 1.621</div> | <div>R\$ 6,228</div> | <div>14,90%</div> | <div>14,90%</div> | <div>Agosto/2025-0,11</div> <div>Setembro/20250,48</div> <div>Outubro/20250,09</div> <div>Novembro/20250,18</div> <div>Dezembro/20250,33</div> |

INFLAÇÃO

Clima ameaça alta nos alimentos em 2026

Eventos climáticos e a redução da safra devem manter pressão sobre os preços ao longo do ano. Especialistas alertam que o fenômeno El Niño pode intensificar o aumento, especialmente no segundo semestre

» RAFAELA GONÇALVES

Eventos climáticos adversos e incertezas sobre a próxima safra devem voltar a pressionar os preços dos alimentos em 2026, reacendendo o alerta inflacionário. Depois de 2025 marcado por forte alta dos preços, que levou o governo a adotar medidas para conter a inflação dos alimentos, o cenário para este ano é novamente de cautela.

O fenômeno de La Niña formado na primavera do ano passado foi fraco, teve impacto limitado no início do verão de 2026 e deve perder força este mês. Com isso, os modelos climáticos passaram a indicar, com maior consistência, a transição para um novo El Niño ao longo de 2026.

Segundo o Climatempo, o aquecimento do Pacífico Equatorial deve começar ainda no primeiro semestre, com sinais já a partir de março. A formação do El Niño é esperada entre o fim do outono e o início do inverno, com possibilidade de evolução mais rápida, semelhante ao episódio de 2023.

O fenômeno provoca impactos distintos conforme a região. No Sul do Brasil, causa chuvas intensas e frequentes, enquanto no Norte e Nordeste provoca seca e redução das precipitações. O fenômeno eleva as temperaturas e afeta a agricultura, gerando inundações no Sul e escassez de água no Norte.

As projeções indicam, no mínimo, um evento de intensidade moderada. Dados recentes da Administração Oceânica e Atmosférica Nacional (NOAA) apontam maior probabilidade de um El Niño moderado ou mais intenso entre agosto e outubro, com pico histórico entre novembro e janeiro.

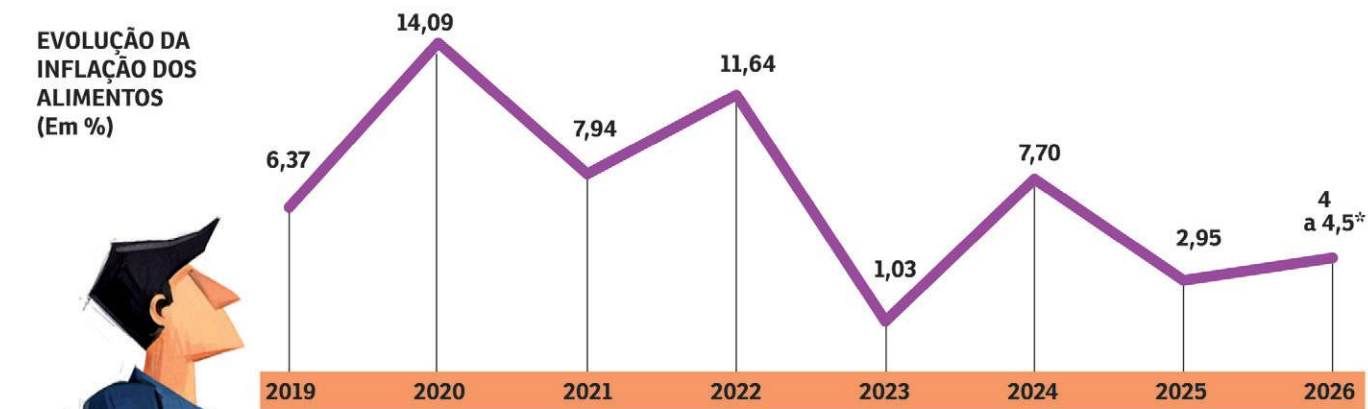
Bruno Imaizumi, economista da 4intelligence, projeta que os efeitos do El Niño sobre a inflação de alimentos no Brasil devem se intensificar a partir do meio do ano. Segundo ele, o impacto estimado do fenômeno na inflação deste ano é de 0,8 ponto percentual. “Hoje, a gente se encontra num cenário de La Niña, que costuma ter menos impactos nos alimentos produzidos internamente. A perspectiva é migrar desse cenário neutro para o El Niño a partir do segundo semestre, quando ele começa a afetar mais a equação de alimentos”, explica Imaizumi.

O economista ressalta que, embora a inflação de alimentos no domicílio tenha ficado abaixo da média histórica em 2025, com variação de 1,4%, o nível de preços permanece “incômodo” desde o início da pandemia da covid-19. “Não conseguimos fazer com que os preços regressassem aos patamares pré-pandemia. Então, qualquer aumento hoje acaba sendo sentido de forma mais intensa. Do 1,4% registrado em 2025, somente 0,14 ponto percentual veio do El Niño”, acrescenta.

Para 2026, ele observa que o impacto do fenômeno climático não será maior por concentrar-se no segundo semestre, com parte dos efeitos possivelmente se estendendo para 2027. “Se o El Niño se concretizar este ano, parte desses efeitos vai ser postergada para 2027, aparecendo mais nesse período”, afirma.

Em alta

Preços dos alimentos devem continuar subindo ao longo de 2026



PRINCIPAIS CULTURAS AFETADAS



Café: ciclo bianual, sensível a eventos climáticos.



Carne: produção a pasto depende de chuvas, seca aumenta custos.



Outras: soja, milho, trigo, arroz e feijão.

IPCA-15

A prévia da inflação de janeiro, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-15), indicou aceleração dos preços ao interromper uma sequência de sete meses consecutivos de queda. O grupo alimentação e bebidas registrou alta de 0,31%, puxado principalmente pela alimentação no domicílio, que avançou 0,21%.

Segundo André Braz, coordenador dos Índices de Preços do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre), o movimento, por ora, não indica uma tendência estrutural. “Essa alta ficou muito concentrada em produtos sazonais, típicos do verão, como hortaliças, legumes e frutas. É algo mais temporário do que um movimento que vá permanecer por mais tempo”,

explica. Ainda assim, ele pondera que o cenário pode mudar com a evolução das condições climáticas ao longo do ano.

A atenção se volta especialmente para a possibilidade de atuação do fenômeno El Niño a partir do segundo trimestre de 2026. “Ele pode afetar a nossa agricultura, mas ainda é cedo para sinalizar a intensidade e quais culturas seriam mais prejudicadas. Sempre que esses fenômenos são anunciados, algum prejuízo eles acabam trazendo”, aponta.

Safra menor

Estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que a safra brasileira de cereais, leguminosas e oleaginosas deve recuar 3% em relação ao recorde projetado para 2025. Segundo Carlos Barradas,

gerente de levantamentos agrícolas do IBGE, a queda projetada ocorre principalmente porque a base de comparação deste ano é excepcionalmente alta. “As condições climáticas favoreceram fortemente o desempenho tanto da primeira quanto da segunda safra de 2025, um cenário que dificilmente se repetirá em 2026.”

Eventos climáticos cada vez mais frequentes e uma possível redução da produção agrícola colocam pressão adicional sobre os preços dos alimentos, de acordo com André Braz, da FGV/Ibre. Segundo ele, a mudança no padrão climático já representa um desafio estrutural para a produção agropecuária brasileira e pode ter efeitos tanto sobre a inflação quanto sobre o crescimento econômico.

“Os eventos climáticos são hoje a maior preocupação, porque estão ficando mais frequentes. Até o ano

2000, eles ocorriam em intervalos de sete ou oito anos. Agora, acontecem a cada dois ou três anos”, afirma o pesquisador.

De acordo com Braz, essas ocorrências alteram o volume e a distribuição das chuvas, provocando excessos em algumas regiões e escassez em outras, o que compromete a produção. “Isso mexe com a oferta de alimentos, promove aumento de preços e também afeta o PIB, já que a agricultura tem peso relevante na economia brasileira”, diz.

O impacto, segundo ele, não se limita ao mercado interno. “Como o Brasil é um grande produtor mundial de alimentos, a perda de safra aqui influencia tanto os preços domésticos quanto os internacionais”, ressalta.

Entre as culturas mais sensíveis ao clima, o economista cita o café, cuja produção é impactada por

eventos extremos e tem ciclo bianual, o que prolonga os efeitos sobre os preços. “Além do café, soja, milho, trigo, arroz e feijão merecem atenção”, elenca. Segundo ele, até mesmo o preço das carnes pode ser afetado. “O gado no Brasil é criado a pasto. Se não chove, a grama não cresce, o custo aumenta e isso acaba pressionando o preço da carne.”

Medidas do governo

De 2024 ao início de 2025, os preços dos alimentos registraram forte alta, pressionando a inflação e afetando principalmente carnes, arroz, feijão, leite e hortaliças. O aumento foi impulsionado por choques climáticos, redução da oferta e valorização do dólar, que favoreceu as exportações e diminuiu a disponibilidade de produtos no mercado interno.

Para conter os preços, o governo federal lançou, em março passado, um pacote de medidas voltadas a ampliar a oferta e reduzir custos. Entre elas, eliminou tarifas de importação de itens essenciais, como carne, café, açúcar, milho, azeite, sardinha, biscoitos e massas, reforçou estoques reguladores da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), incentivou a produção via Plano Safra e negociou com estados a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre produtos básicos.

O governo ainda firmou parcerias com o setor privado para ampliar a concorrência e tornar as ofertas mais competitivas. Especialistas, no entanto, apontaram que essas ações teriam impacto limitado sem reformas estruturais na produção e na distribuição de alimentos.

Na avaliação de André Braz, o pacote do Executivo teve caráter pontual. “Foram paliativas. As soluções mais eficazes são de médio e longo prazo”, afirma. Ele defende investimentos em logística, com maior uso do transporte fluvial, ferroviário e da cabotagem, além de estímulos à tecnologia agrícola. “Precisamos de sementes mais resistentes, subsídios a fertilizantes para pequenos produtores e mais assistência técnica. Isso permite aumentar a produção sem ampliar a área plantada.”

Sobre o impacto do El Niño na inflação de alimentos em 2026, o pesquisador diz que ainda não é possível fazer uma projeção precisa, mas aponta um cenário de cautela. “No ano passado, a alimentação subiu apenas 1,4%, bem abaixo da inflação geral. Para 2026, diante dos riscos climáticos, estimamos algo em torno de 4% a 4,5%”, afirma. Mesmo assim, a expectativa do FGV Ibre é de desaceleração do IPCA. “Projetamos inflação de 3,8%, abaixo do ano passado, com preços monitorados e serviços subindo menos.”

Ele ressalta, no entanto, que a inflação de alimentos tem impacto social mais profundo. “A população brasileira é muito desigual, e muita gente gasta praticamente tudo o que ganha com alimentação. Por isso, é fundamental manter esses preços controlados”, afirma. “Mas, quando há problema de safra, é um choque de oferta. Se não tem produto, o preço sobe, e não há política monetária capaz de resolver isso.”

Fontes: FGV/Ibre e Climatempo.